

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1725539 - RJ (2018/0037536-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGRAVADO : TELEFÔNICA BRASIL S.A

ADVOGADOS : PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO E OUTRO(S)
- RJ020200

ALVARO ROSARIO VELLOSO DE CARVALHO -
RJ163523

AGRAVADO : TIM CELULAR S.A

ADVOGADOS : CARLOS SUPPLY DE FIGUEIREDO FORBES E
OUTRO(S) - RJ002655A

CRISTIANO CARLOS KOZAN - SP183335

ROGÉRIO MARINHO MAGALHÃES ALCÂNTARA
FILHO - RJ166973

AGRAVADO : CLARO S.A

ADVOGADOS : EDUARDO COLUCCINI CORDEIRO - RJ120873

LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA -
ES015134

ORDELIO AZEVEDO SETTE E OUTRO(S) - RJ120872

ANTÔNIO VICENTE MARQUES DE ALMEIDA -
RJ162003

BRUNO DE AGUIAR FLORES - RJ182268

AGRAVADO : OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802

BRUNO DI MARINO - RJ093384

THIAGO DRUMMOND DE PAULA LINS - RJ123483

GUILHERME VAZ PORTO BRECHBUHLER E
OUTRO(S) - RJ113653

CARLOS MARIO VILLELA SANTOS RIBEIRO -
RJ129237

AGRAVADO : UNIÃO

AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTS. 19, IV E XVIII, DA LEI N. 9.472/1997 E ARTS. 4º, I, II E III, 51, I, IV E XV, § 3º, I, II E III DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o

Superior Tribunal de Justiça

regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se

II – É entendimento pacífico desta Corte que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal *a quo* impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal.

III – A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

IV – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Impedido o Sr. Ministro Benedito Gonçalves. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora